



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO

Secretaria/Departamento:

Secretaria de Segurança Pública e Trânsito

Número do processo:

152/2026

Responsável pela elaboração/Portaria de Designação:

Cleiton Alcides Conzatti / 021/2025

Data da elaboração:

São Miguel do Iguaçu/PR, 16 de abril de 2026.

2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Documento assinado no formato Eletrônico, conforme DECRETO N° 460/2024.
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://saomigueldoiguacu.oxxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: fc0316cb-e150-4572-8ec0-6ef6520684c - Página 1/57





Explique o motivo da contratação. O que está gerando essa necessidade? Uma demanda interna, um requisito legal, um problema identificado?

A presente contratação decorre de problema operacional identificado internamente, consistente na impossibilidade de execução direta dos serviços de sinalização horizontal viária pela Administração Municipal.

Verificou-se que os equipamentos utilizados (carrinhos de pintura) encontram-se inoperantes, sendo um inutilizado em razão de acidente de trabalho e outro por falha mecânica grave (fundição do motor). Soma-se a isso a redução do contingente de servidores capacitados para a execução da atividade, comprometendo a continuidade e a eficiência do serviço público.

Tal situação tem ocasionado defasagem na manutenção da sinalização horizontal, afetando diretamente a organização do tráfego e a segurança viária, o que configura risco à coletividade e demanda atuação imediata do Poder Público.

Adicionalmente, a necessidade também se fundamenta no dever da Administração de assegurar condições adequadas de segurança no trânsito, em observância ao interesse público e aos princípios da eficiência e continuidade do serviço público, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada, como solução mais adequada para restabelecer e manter os padrões mínimos de sinalização viária no Município.

Qual é o problema/demanda que se precisa resolver? (descreva-o)

A Administração Municipal enfrenta incapacidade operacional para executar os serviços de sinalização horizontal viária, em razão da indisponibilidade de equipamentos e da insuficiência de mão de obra especializada.

Os equipamentos atualmente utilizados (carrinhos de pintura) encontram-se inoperantes, sendo um inutilizado por acidente de trabalho e outro por falha mecânica irreversível (fundição de motor), o que inviabiliza a continuidade dos serviços. Paralelamente, há redução do quadro de servidores habilitados, comprometendo ainda mais a execução direta das atividades.

Como consequência, observa-se deficiência na manutenção e implantação da sinalização horizontal, ocasionando desgaste e ausência de demarcações viárias essenciais (faixas de pedestres, linhas de divisão de pista, sinalizações de parada, entre outras), o que impacta negativamente a segurança do trânsito, a fluidez viária e a organização do espaço público. Dessa forma, a demanda consiste em restabelecer e manter a sinalização horizontal viária em níveis adequados, solucionando a atual incapacidade da Administração em executar tais serviços com meios próprios, em conformidade com o interesse público e os princípios da eficiência e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021.





O que está faltando/que a solução seja implementada/aperfeiçoada?

Atualmente, a Administração carece dos meios materiais, operacionais e humanos necessários para garantir a execução adequada e contínua dos serviços de sinalização horizontal viária.

Especificamente, verifica-se a ausência dos seguintes elementos essenciais:

Equipamentos operacionais adequados: os carrinhos de pintura existentes encontram-se inoperantes, impossibilitando a execução dos serviços com meios próprios; Mão de obra técnica especializada: há redução do quadro de servidores capacitados, inviabilizando a formação de equipe mínima para execução eficiente e segura; Estrutura técnica e logística: inexistência de suporte operacional suficiente para manipulação de insumos, transporte, aplicação e controle de qualidade dos materiais utilizados; Atendimento a requisitos normativos e de segurança: necessidade de cumprimento de normas técnicas específicas (ex.: ABNT) e exigências legais relacionadas ao manuseio de produtos químicos, segurança do trabalho e controle ambiental, o que demanda estrutura especializada; Capacidade de execução contínua e em escala: a Administração não dispõe, no momento, de condições para atender de forma tempestiva e abrangente toda a demanda do município.

Diante disso, a solução a ser implementada — contratação de empresa especializada — visa suprir essas lacunas, proporcionando capacidade técnica, equipamentos adequados e conformidade normativa, assegurando a adequada prestação do serviço, nos termos dos princípios da eficiência e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Esse problema é novo? Já foi resolvido em outros exercícios? Teve algum problema na execução da contratação pretérita ou ela não foi suficiente?

A demanda não é nova, tratando-se de necessidade recorrente da Administração Municipal, relacionada à manutenção contínua da sinalização horizontal viária.

Registra-se que, em exercícios anteriores, o Município optou por executar os serviços com meios próprios, tendo realizado investimentos na aquisição de equipamentos e veículos destinados à pintura viária, o que, à época, atendeu de forma satisfatória à demanda existente.

Contudo, no cenário atual, houve comprometimento da capacidade operacional, em razão da inutilização dos equipamentos (acidente de trabalho e falha mecânica) e da redução do quadro de servidores, o que inviabilizou a continuidade da execução direta.

Ressalta-se que não há registro de falhas relevantes em contratações pretéritas, tampouco de solução anteriormente adotada que tenha se mostrado inadequada. O que se verifica é uma mudança superveniente nas condições operacionais da Administração, tornando necessária a adoção de nova estratégia para atendimento da demanda.





Dessa forma, a contratação pretendida configura-se como medida adequada e necessária diante do contexto atual, em observância aos princípios da eficiência e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

O bem ou serviço se qualifica como indispensável à manutenção do serviço público, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas (vários exercícios financeiros)? As compras/contratações pretendidas pela Administração Pública servirão para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (mais de um exercício financeiro)?

O serviço de sinalização horizontal viária qualifica-se como indispensável à manutenção do serviço público, uma vez que está diretamente relacionado à segurança no trânsito, organização da mobilidade urbana e preservação da integridade física dos usuários das vias públicas.

Trata-se de necessidade permanente e continuada, tendo em vista que a sinalização horizontal sofre desgaste natural em decorrência do tráfego, das condições climáticas e do tempo de uso, exigindo manutenção periódica e reaplicação constante, não se limitando a um único exercício financeiro.

Assim, as contratações pretendidas destinam-se à manutenção regular da atividade administrativa, possuindo caráter prolongado e recorrente, com demanda que se projeta para exercícios futuros, em razão da própria natureza do serviço.

Dessa forma, resta caracterizado que o objeto atende a uma necessidade contínua da Administração, alinhando-se aos princípios da eficiência, continuidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Para resolver a solução, o mercado oferece alguma opção diferente da que foi realizada no passado?

O mercado oferece diferentes soluções aptas a atender à demanda de sinalização horizontal viária, não se restringindo ao modelo anteriormente adotado pela Administração (execução direta com meios próprios).

Dentre as principais alternativas, destacam-se:

Execução direta pela Administração (meios próprios):

Exige disponibilidade de equipamentos, insumos, mão de obra especializada e estrutura operacional, atualmente inviável diante do cenário identificado; Contratação de empresa especializada para execução dos serviços:

Solução amplamente utilizada no mercado, que contempla fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra qualificada e atendimento às normas técnicas e de segurança, garantindo maior eficiência e padronização dos serviços; Locação de equipamentos com





fornecimento parcial de insumos e equipe própria: Modelo híbrido, que demanda equipe técnica mínima da Administração, além de gestão operacional mais complexa; Registro de preços para contratação sob demanda: Permite maior flexibilidade na execução dos serviços ao longo do tempo, adequando-se à natureza contínua da necessidade.

Após análise das alternativas, verifica-se que a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais adequada no contexto atual, por assegurar pronta execução, qualidade técnica, atendimento às normas vigentes e redução de riscos operacionais, especialmente diante da indisponibilidade de estrutura própria.

Tal escolha observa os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Descreva o impacto da ausência da contratação. Quais prejuízos podem ocorrer se o serviço/bem não for adquirido?

A não realização da contratação acarretará prejuízos diretos à Administração e à coletividade, comprometendo a adequada prestação do serviço público de mobilidade urbana.

Dentre os principais impactos, destacam-se: Comprometimento da segurança viária: a ausência ou desgaste da sinalização horizontal aumenta significativamente o risco de acidentes de trânsito, colocando em perigo motoristas, ciclistas e pedestres; Desorganização do tráfego urbano: a falta de demarcações adequadas (faixas, eixos, áreas de parada, entre outros) prejudica a fluidez e a disciplina no trânsito; Responsabilização da Administração Pública: eventual omissão na manutenção da sinalização pode ensejar responsabilização civil do ente público por danos decorrentes de acidentes; Descumprimento do interesse público e da finalidade administrativa: a não execução do serviço compromete a prestação adequada de atividade essencial; Agravamento do problema ao longo do tempo: a ausência de manutenção tende a gerar maior deterioração da sinalização existente, elevando custos futuros para recomposição; Risco à continuidade do serviço público: diante da incapacidade operacional atual, a não contratação inviabiliza a execução da atividade.

Dessa forma, a ausência da contratação configura situação de grave prejuízo à coletividade, evidenciando a necessidade de adoção imediata de solução adequada, em observância aos princípios da eficiência, continuidade e supremacia do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.





Alinhamento com estratégias do órgão. Como essa contratação se relaciona com os objetivos institucionais?

A presente contratação encontra-se alinhada aos objetivos institucionais da Administração Municipal, especialmente no que se refere à promoção da segurança viária, melhoria da mobilidade urbana e adequada prestação dos serviços públicos essenciais.

A execução dos serviços de sinalização horizontal viária contribui diretamente para: Garantia da segurança no trânsito, reduzindo riscos de acidentes e preservando a integridade física dos usuários das vias públicas; Melhoria da organização e fluidez do tráfego, otimizando o uso da infraestrutura viária existente; Cumprimento das atribuições legais do Município, no que tange à gestão e manutenção do sistema viário urbano; Eficiência na prestação do serviço público, mediante adoção de solução adequada diante da limitação operacional atual; Atendimento ao interesse público, assegurando condições mínimas de trafegabilidade e sinalização.

Adicionalmente, a contratação está em consonância com o planejamento administrativo e com a necessidade de manutenção contínua dos serviços urbanos, contribuindo para a continuidade e qualidade das ações governamentais.

Dessa forma, a solução proposta encontra respaldo nos princípios da eficiência, planejamento e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021, demonstrando plena aderência às estratégias institucionais do órgão.

Resultados esperados. O que a Administração deseja alcançar com essa contratação?

Com a presente contratação, a Administração Municipal pretende alcançar resultados concretos e mensuráveis, voltados à melhoria da segurança viária e à eficiência da gestão pública, destacando-se: Restabelecimento e manutenção adequada da sinalização horizontal viária, garantindo visibilidade, padronização e conformidade com as normas técnicas aplicáveis; Redução de riscos de acidentes de trânsito, proporcionando maior segurança a motoristas, ciclistas e pedestres; Melhoria da fluidez e organização do tráfego urbano, com adequada demarcação das vias públicas; Execução eficiente e contínua do serviço, superando a atual limitação operacional da Administração; Conformidade com normas técnicas, ambientais e de segurança, assegurando qualidade e durabilidade dos serviços executados; Otimização de recursos públicos, mediante contratação de solução mais adequada e economicamente viável no cenário atual; Atendimento ao interesse público, com impacto positivo direto na mobilidade urbana e na qualidade de vida da população.

Os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.





Com base nas suas respostas anteriores, justifique a contratação:

A contratação de empresa especializada para execução de serviços de sinalização horizontal viária justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a adequada prestação de serviço público essencial, diretamente relacionado à segurança no trânsito e à organização da mobilidade urbana.

Conforme demonstrado, a Administração Municipal encontra-se temporariamente impossibilitada de executar os serviços com meios próprios, em razão da inoperância dos equipamentos disponíveis (decorrente de acidente de trabalho e falha mecânica) e da redução do quadro de servidores capacitados, o que compromete a eficiência e a regularidade da atividade.

A ausência de intervenção imediata tem potencial de gerar prejuízos relevantes à coletividade, incluindo aumento do risco de acidentes, desorganização do tráfego e eventual responsabilização do ente público por omissão na manutenção da sinalização viária.

Ademais, trata-se de demanda permanente e indispensável, cuja execução deve ocorrer de forma contínua e em conformidade com normas técnicas, ambientais e de segurança, o que reforça a necessidade de adoção de solução que assegure capacidade técnica, estrutura operacional adequada e qualidade na prestação dos serviços.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a alternativa mais adequada e eficiente, permitindo o atendimento imediato da demanda, a mitigação de riscos operacionais e o restabelecimento dos padrões de segurança viária.

A medida encontra amparo nos princípios da eficiência, continuidade, planejamento e supremacia do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se tecnicamente justificada e juridicamente adequada.

3.LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DE ALTERNATIVAS)

Já contratamos esse objeto antes? Como foi? Quando foi? Quanto custou? Qual metodologia foi utilizada na contratação passada? Deu certo? Houve problemas? Quais erros foram observados no contrato anterior? E o que precisa ser aperfeiçoado? Foi ouvido o fiscal do contrato anterior para verificar sugestões de melhoria?

O objeto já foi executado anteriormente pelo Município, por meio de execução direta com equipamentos próprios e servidores da Administração, modelo que se mostrou adequado à época após investimentos realizados.





Atualmente, essa forma de execução tornou-se inviável, em razão da inoperância dos equipamentos (acidente e falha mecânica) e da redução do quadro de servidores, o que compromete a continuidade do serviço.

Não há registro de falhas relevantes na contratação/execução anterior, mas sim fatores supervenientes operacionais que inviabilizaram sua manutenção.

Como melhoria, aponta-se a necessidade de reduzir a dependência exclusiva de estrutura própria e garantir maior continuidade operacional, podendo-se recorrer a contratação de empresa especializada.

Recomenda-se, ainda, a oitiva do fiscal da execução anterior, para registro de sugestões e aprimoramento do planejamento, conforme boas práticas da Lei nº 14.133/2021.

Foram avaliadas soluções de outros entes e outros órgãos públicos? Essas são mais adequadas a nossa realidade do que nossa contratação anterior?

Sim. Foram consideradas, como referência, práticas adotadas por outros entes públicos para a execução de serviços de sinalização horizontal viária, especialmente a contratação de empresas especializadas por meio de licitação, em substituição ou complementação à execução direta.

Observa-se que diversos órgãos públicos têm adotado o modelo de terceirização da execução dos serviços, em razão de maior eficiência operacional, disponibilidade imediata de equipamentos e mão de obra especializada, além de melhor capacidade de resposta às demandas contínuas de manutenção viária.

Comparativamente, essas soluções mostram-se mais adequadas ao cenário atual do Município, considerando que o modelo anteriormente utilizado (execução direta) se encontra comprometido pela indisponibilidade de equipamentos e limitação de pessoal, o que reduz sua viabilidade prática no momento.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada, alinhada às boas práticas observadas em outros entes, apresenta-se como solução mais aderente à realidade atual, assegurando continuidade, qualidade e eficiência na prestação do serviço, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

Existem diferentes fornecedores ou soluções para atender à necessidade? Apresente alternativas disponíveis no mercado.

d) Convênios, parcerias institucionais e cooperação técnica com órgãos estaduais

Foi realizada análise preliminar da possibilidade de atendimento da demanda por meio de convênios, parcerias institucionais e instrumentos de cooperação com órgãos estaduais, incluindo programas vinculados ao Governo do Estado do Paraná e à Secretaria das Cidades – SECID.





Verificou-se que eventuais soluções dessa natureza dependem da existência de programas específicos, disponibilidade orçamentária do ente concedente, celebração de instrumentos formais e cumprimento de etapas administrativas que demandam prazo incompatível com a necessidade atual do Município.

Além disso, não foi identificada alternativa que assegure o atendimento integral e imediato da demanda apresentada, razão pela qual a solução foi considerada inadequada para solucionar o problema no curto prazo, sem prejuízo de futuras iniciativas de cooperação institucional.

e) Consórcios públicos e compartilhamento de equipamentos com outros órgãos

Foi analisada a possibilidade de atendimento da demanda por meio de consórcios públicos, cooperação intermunicipal e compartilhamento de equipamentos e equipes com outros entes da Administração Pública.

Contudo, essa alternativa depende da disponibilidade de equipamentos, servidores e cronogramas de execução de terceiros, circunstâncias que não garantem atendimento tempestivo e contínuo às necessidades do Município.

Dessa forma, concluiu-se que a alternativa não oferece segurança operacional suficiente para assegurar a execução dos serviços nos prazos necessários.

f) Adesão a atas de registro de preços vigentes

Foi realizada análise da possibilidade de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos e entidades públicas que possuam objeto compatível com a presente contratação.

Entretanto, não foram identificadas, até o momento da elaboração deste estudo, atas que atendam simultaneamente às especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de execução e interesse público local necessários ao atendimento integral da demanda.

Além disso, a adesão depende da existência de saldo disponível, concordância dos órgãos gerenciador e fornecedor beneficiário, bem como da demonstração de vantajosidade, fatores que podem comprometer a celeridade necessária para atendimento da necessidade atual.

Assim, a alternativa foi considerada menos adequada que a contratação direta da solução pretendida.

a) Execução direta pela Administração Municipal mediante aquisição de equipamentos próprios

Foi avaliada a possibilidade de aquisição de caminhão especializado para sinalização viária, máquinas demarcadoras, compressores e demais equipamentos necessários à execução direta dos serviços pelo Município.

Todavia, a alternativa demandaria elevado investimento inicial, além da necessidade de contratação ou capacitação de operadores, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, aquisição contínua de insumos e estrutura operacional permanente para execução das atividades.

Considerando a urgência da demanda, a indisponibilidade atual de equipamentos operacionais e a limitação de pessoal especializado, concluiu-se que a solução não se





mostra economicamente e operacionalmente vantajosa para atendimento imediato da necessidade administrativa.

A análise da solução envolve a escolha entre locação e aquisição?

Sim. Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise comparativa entre as alternativas de aquisição de equipamentos, locação de equipamentos e contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sinalização horizontal viária.

Aquisição de equipamentos próprios:

Foi avaliada a aquisição de caminhão especializado para sinalização viária, máquinas demarcadoras, compressores e demais equipamentos necessários à execução direta dos serviços. A alternativa demandaria elevado investimento inicial, além da necessidade de contratação ou capacitação de operadores, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, aquisição contínua de insumos e estrutura operacional permanente para execução das atividades.

Locação de equipamentos:

Também foi analisada a locação de máquinas e equipamentos para execução direta pela Administração. Embora reduza o investimento inicial em comparação à aquisição, a alternativa continua exigindo equipe própria qualificada, treinamento de servidores, gerenciamento operacional, aquisição de materiais e disponibilidade de mão de obra especializada, condições atualmente não disponíveis de forma suficiente no Município.

Contratação de empresa especializada:

A contratação de empresa especializada mostrou-se a alternativa mais vantajosa, pois reúne em uma única solução a disponibilização de mão de obra qualificada, equipamentos, materiais, responsabilidade técnica e capacidade operacional para execução imediata dos serviços, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior eficiência administrativa.

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação de empresa especializada apresenta a melhor relação entre viabilidade técnica, eficiência operacional, economicidade e atendimento imediato da necessidade pública, razão pela qual foi definida como solução a ser adotada pela Administração.

Justifique a escolha da solução. Explique por que a Administração optou por um determinado produto ou serviço.

Após o levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sinalização horizontal viária representa a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

Foram avaliadas alternativas como a execução direta mediante aquisição de equipamentos próprios, locação de equipamentos para operação pela Administração, contratação de





caminhão especializado com operador, celebração de convênios ou parcerias com órgãos estaduais, participação em consórcios públicos, compartilhamento de equipamentos e adesão a atas de registro de preços vigentes.

A execução direta por meio da aquisição de equipamentos demandaria elevado investimento inicial, aquisição de caminhão especializado, máquinas e insumos, além da necessidade de manutenção permanente dos equipamentos, capacitação de servidores e estrutura operacional própria, circunstâncias que não se mostram compatíveis com a realidade atual da Administração.

A locação de equipamentos, embora reduza o investimento inicial, não solucionaria integralmente a necessidade identificada, pois continuaria exigindo equipe própria qualificada, gerenciamento operacional e disponibilidade de servidores capacitados para execução dos serviços.

Também foram analisadas alternativas de cooperação com órgãos estaduais, programas governamentais, Secretaria das Cidades – SECID, consórcios públicos e adesão a atas de registro de preços. Contudo, tais soluções dependem de fatores externos, disponibilidade de recursos e formalizações administrativas que não garantem atendimento integral e imediato da demanda municipal.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, uma vez que concentra em uma única contratação toda a estrutura necessária para execução dos serviços, incluindo mão de obra especializada, equipamentos, materiais, responsabilidade técnica e suporte operacional.

Além disso, a solução permite atendimento imediato das necessidades do Município, reduz riscos operacionais, assegura conformidade com as normas técnicas aplicáveis e proporciona maior qualidade na execução dos serviços de sinalização viária, contribuindo diretamente para a segurança no trânsito e para a adequada mobilidade urbana.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada é a solução técnica e economicamente mais adequada para atendimento da necessidade pública identificada, demonstrando-se plenamente justificada sob os aspectos da conveniência, oportunidade e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.





4.DEFINIÇÃO DO OBJETO

Descreva detalhadamente o objeto da contratação. Explique se é um bem ou serviço e suas características.

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços especializados de sinalização horizontal viária, a serem executados em vias públicas do Município, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, insumos e materiais necessários à completa execução das atividades.

Trata-se de serviço de natureza comum e contínua, destinado à execução, manutenção e recomposição da sinalização horizontal, incluindo, quando necessário, demarcações de faixas de tráfego, faixas de pedestres, linhas de retenção, divisórias de pista, símbolos viários e demais elementos de sinalização previstos nas normas técnicas aplicáveis.

A execução deverá observar padrões de qualidade e segurança, incluindo o uso de materiais adequados (como tintas acrílicas ou termoplásticas e microesferas de vidro), bem como atendimento às normas da ABNT e demais regulamentações pertinentes.

O objeto caracteriza-se como serviço comum de engenharia, com necessidade de responsabilidade técnica profissional, uma vez que demanda responsabilidade técnica de profissional habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto), registro em conselho profissional competente e cumprimento de requisitos normativos e de segurança aplicáveis.

Dessa forma, não se trata de aquisição de bem, mas sim de contratação de serviço especializado, com entrega final baseada na execução e manutenção da sinalização viária em condições adequadas de uso e segurança, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Como será aplicado o objeto da aquisição/contratação?

O objeto será aplicado por meio da execução direta dos serviços em campo, nas vias públicas do Município, conforme demanda da Administração e cronograma definido pela Secretaria responsável.

A empresa contratada será responsável por: Mobilização de equipe técnica e equipamentos; Preparação das superfícies viárias; Execução da sinalização horizontal (pinturas e demarcações); Aplicação de materiais refletivos e complementares; Reaplicação/manutenção quando necessário durante a vigência contratual.

A aplicação ocorrerá de forma programada e/ou sob demanda, priorizando vias de maior fluxo e pontos críticos de segurança viária, conforme orientação técnica da fiscalização do contrato.





Todo o serviço deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo padronização, durabilidade e segurança, sob acompanhamento e fiscalização da Administração, em observância à Lei nº 14.133/2021.

Onde será aplicado o objeto da aquisição/contratação?

Dessa forma, o quantitativo estimado de 10.000 m² permite atender aproximadamente **20 quilômetros de vias urbanas completas**, abrangendo tanto a implantação de nova sinalização quanto a revitalização periódica da sinalização existente.

A demanda prioritária para execução dos serviços concentra-se na **região central do município**, especialmente nas vias de maior fluxo de veículos e pedestres, compreendendo as Ruas **Farroupilha, Santa Terezinha, Vânio Gueller, Nereu Ramos, Alfredo Chaves, Duque de Caxias, Garibaldi e Salgado Filho**, locais que apresentam maior necessidade de revitalização da sinalização horizontal em razão do desgaste natural provocado pelo tráfego intenso e pelas condições climáticas.

Ressalta-se, contudo, que o quantitativo estimado não se limita às vias mencionadas, podendo ser utilizado em outras ruas e avenidas do perímetro urbano que demandem implantação, manutenção ou revitalização da sinalização horizontal durante a vigência contratual, conforme planejamento e necessidade da Administração Municipal.

A estimativa foi elaborada com base nas características da malha viária municipal, no histórico de intervenções realizadas e na necessidade permanente de manutenção das condições adequadas de circulação e segurança no trânsito.

Para que será aplicado o objeto da aquisição/contratação?

O objeto da contratação será aplicado para implantação, manutenção e recuperação da sinalização horizontal viária nas vias públicas do Município, com a finalidade de garantir segurança, organização e fluidez do tráfego.

A contratação visa atender à necessidade de:

- Orientar e disciplinar a circulação de veículos e pedestres;
- Reduzir riscos de acidentes de trânsito;
- Assegurar visibilidade e padronização das demarcações viárias;
- Manter as condições adequadas de trafegabilidade e uso das vias públicas.

Dessa forma, a contratação destina-se ao atendimento do interesse público, contribuindo diretamente para a segurança viária e a eficiência da mobilidade urbana, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.





Quando será necessária a aplicação do objeto da aquisição/contratação?

Considerando que o objeto da contratação consiste em serviços de sinalização horizontal viária, cuja demanda é contínua, variável e de difícil mensuração exata ao longo do tempo, mostra-se mais adequado o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP).

A adoção do SRP permite que a Administração realize contratações sob demanda, de acordo com a real necessidade, evitando a obrigatoriedade de execução integral imediata e proporcionando maior flexibilidade na gestão do contrato.

Além disso, o SRP apresenta as seguintes vantagens:

Melhor planejamento e controle dos gastos públicos;

Evita contratações desnecessárias ou superdimensionadas;

Permite atendimento de demandas futuras e imprevisíveis;

Garante maior eficiência e economicidade na execução dos serviços.

Diante disso, conclui-se que a adoção do SRP é a solução mais adequada ao caso concreto, em conformidade com as diretrizes de planejamento e eficiência previstas na Lei nº 14.133/2021.

Destaque especificações técnicas essenciais. Defina os padrões de qualidade mínimos necessários.

Para fins de garantia da adequada execução do objeto, a futura contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos de qualificação técnica:

- a) Registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA ou CAU;
- b) Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa (empregado, contratado ou sócio), por meio de documentação hábil;
- c) Indicação de profissional habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto) como responsável técnico pela execução dos serviços;
- d) Apresentação de acervo técnico (ART/RRT) e atestados de capacidade técnica, comprovando execução de serviços similares, com quantitativo mínimo de 50% dos itens relevantes;
- e) Apresentação de laudos de retrorefletância, em nome da empresa, conforme ABNT NBR 14723:2013, garantindo:
 - Branco ≥ 250 mcd/lux.m²
 - Amarelo ≥ 150 mcd/lux.m²
- f) Registro no Conselho Regional de Química, considerando a utilização e manipulação de insumos químicos;
- g) Licenciamento ambiental vigente ou dispensa emitida pelo órgão competente;
- h) Licenças e autorizações dos órgãos de controle, incluindo Polícia Federal e Polícia Civil, quando aplicável ao uso de produtos químicos;
- i) Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB);





j) Comprovação de atendimento às normas de segurança do trabalho, inclusive NR-13, quando aplicável aos equipamentos utilizados;

k) Comprovação de capacitação dos operadores para manuseio e transporte de produtos perigosos (MOPP).

Justificativa técnica

As exigências acima são necessárias para assegurar que a execução do objeto ocorra com qualidade, segurança, conformidade normativa e proteção ao meio ambiente, sendo compatíveis e proporcionais à complexidade do serviço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Quais as especificações mínimas? Descreva-as. Existe alguma norma ABNT sobre a execução da atividade/serviço desejado? Quais as rotinas inerentes à prestação dos serviços?

Execução de sinalização horizontal com tintas acrílicas ou termoplásticas apropriadas para uso viário;

Aplicação de microesferas de vidro para garantir retrorefletância;

Atendimento à ABNT NBR 14723:2013, com desempenho mínimo:

Branco ≥ 250 mcd/lux.m²

Amarelo ≥ 150 mcd/lux.m²

Aplicação com espessura, largura e alinhamento padronizados, conforme normas técnicas;

Superfície devidamente limpa, seca e preparada antes da aplicação;

Utilização de equipamentos adequados e calibrados;

Garantia de uniformidade, aderência e durabilidade da pintura.

2. Normas técnicas aplicáveis

Sim, há normas técnicas aplicáveis, destacando-se:

ABNT NBR 14723:2013 – Sinalização horizontal viária (requisitos de desempenho e retrorefletância);

Normas complementares da ABNT relacionadas a materiais e execução de sinalização viária;

Normas de segurança do trabalho (NRs), especialmente quando houver uso de equipamentos pressurizados e produtos químicos.

3. Rotinas inerentes à prestação dos serviços

A execução dos serviços compreende, no mínimo, as seguintes rotinas:

Planejamento e mobilização Definição de trechos prioritários; Organização de equipe, equipamentos e materiais; Preparação da via Limpeza da superfície; Remoção de resíduos, poeira e materiais soltos; Execução da sinalização Demarcação conforme projeto/orientação técnica; Aplicação de tinta e microesferas; Controle de espessura e alinhamento; Controle de qualidade Verificação da retro refletância; Inspeção visual e técnica dos serviços executados; Manutenção e reaplicação Correções de falhas; Reforço





da sinalização conforme desgaste; Segurança e sinalização de obra Isolamento da área durante execução; Utilização de equipamentos de proteção e sinalização temporária. Dessa forma, as especificações e rotinas estabelecem um padrão mínimo de qualidade e execução, garantindo segurança viária, durabilidade dos serviços e conformidade normativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Existem outros produtos/prestadores que podem ser utilizados com especificações similares?

Sim. O mercado dispõe de diversos prestadores e soluções técnicas equivalentes, aptos a atender às especificações mínimas exigidas para os serviços de sinalização horizontal viária. Há empresas especializadas que utilizam diferentes tecnologias e materiais, desde que atendam às normas técnicas aplicáveis, tais como: Tintas acrílicas (base solvente ou água); Materiais termoplásticos; Sistemas com microesferas de vidro para retro refletância; Outras soluções de desempenho equivalente ou superior.

Do mesmo modo, existem múltiplos fornecedores capacitados, com registro nos conselhos competentes e experiência comprovada em serviços similares, o que assegura ampla competitividade no certame.

Importante destacar que a Administração não está vinculada a marca ou fornecedor específico, devendo exigir apenas o atendimento às especificações técnicas mínimas e normas aplicáveis, permitindo a participação de qualquer empresa que comprove capacidade técnica equivalente.

Assim, verifica-se que há pluralidade de soluções e prestadores no mercado, garantindo competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

É necessária a indicação de marcas ou modelos ? Qual a justificativa para indicação, marca e modelo? (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)?

Não é necessária a indicação de marcas ou modelos específicos para o objeto da contratação.

Nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a indicação de marca somente é admitida em situações excepcionais, quando devidamente justificada, o que não se verifica no presente caso.

Isso porque o mercado apresenta diversidade de fornecedores e soluções técnicas equivalentes, sendo possível definir o objeto com base em especificações de desempenho, qualidade e normas técnicas, especialmente a ABNT NBR 14723:2013, sem restrição à competitividade.

A exigência de marca específica, neste contexto, seria indevida e restritiva, podendo comprometer a ampla concorrência, não havendo justificativa técnica para sua adoção.





Dessa forma, a Administração deverá adotar critérios objetivos de desempenho e qualidade, permitindo a participação de qualquer fornecedor que atenda às exigências estabelecidas, assegurando isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

É necessária exclusão de marcas ou modelos? Quais produtos/marcas serão excluídos? Qual a justificativa para exclusão?

Não é necessária a exclusão prévia de marcas ou modelos específicos.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve privilegiar a ampla competitividade e isonomia, sendo vedadas restrições indevidas, salvo quando houver justificativa técnica.

No presente caso, o objeto pode ser plenamente definido por especificações de desempenho e normas técnicas, não havendo necessidade de indicar ou excluir marcas específicas.

Contudo, serão automaticamente desclassificados os produtos e serviços que: Não atendam às normas técnicas aplicáveis (ex.: ABNT NBR 14723:2013); não alcancem os parâmetros mínimos de desempenho (retro refletância); não apresentem qualidade, durabilidade ou segurança compatíveis com o objeto; estejam em desacordo com exigências ambientais, técnicas ou de segurança.

Assim, a Administração adota critério objetivo e técnico, sem direcionamento de marcas, assegurando competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

A especificação do objeto elaborada ocasiona a restrição ao fornecimento? Essa especificação leva a solução exclusiva de produto?

Não. A especificação do objeto elaborada não ocasiona restrição ao fornecimento, tampouco conduz à solução exclusiva de produto ou fornecedor.

As exigências foram definidas com base em critérios técnicos objetivos de desempenho, qualidade e conformidade normativa, especialmente normas da ABNT aplicáveis, sem indicação de marcas ou modelos específicos.

Tais especificações são compatíveis com a realidade do mercado, no qual há pluralidade de empresas aptas a atender integralmente às condições estabelecidas, garantindo ampla competitividade no certame.

Dessa forma, conclui-se que a definição do objeto não restringe indevidamente a participação de fornecedores, assegurando os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





Analise os impactos ambientais da contratação. O serviço/bem contratado gera impactos ao meio ambiente?

Sim. A execução dos serviços de sinalização horizontal viária pode gerar impactos ambientais, principalmente em razão da utilização e manipulação de insumos químicos (tintas, solventes e materiais termoplásticos).

Principais impactos identificados

Emissão de compostos voláteis (VOC) durante a aplicação de tintas; Risco de contaminação do solo e da água por descarte inadequado de resíduos; Geração de resíduos sólidos (embalagens, sobras de material); Emissão de gases e partículas provenientes dos equipamentos utilizados. Medidas mitigadoras exigidas. Utilização de materiais que atendam às normas ambientais vigentes; Destinação adequada de resíduos, conforme legislação ambiental; Atendimento ao licenciamento ambiental ou dispensa pelo órgão competente; Controle no armazenamento e transporte de produtos químicos; Observância das normas de segurança e saúde no trabalho; Preferência por tecnologias e insumos com menor impacto ambiental (ex.: tintas com menor teor de solventes).

Conclusão

Embora o objeto apresente potencial de impacto ambiental, tais efeitos são controláveis e mitigáveis, desde que observadas as exigências legais e técnicas, não constituindo impedimento à contratação.

A adoção dessas medidas assegura a execução do serviço em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Quais os requisitos de sustentabilidade foram identificados? Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis? Liste práticas sustentáveis que podem ser aplicadas. Exemplo: uso de materiais recicláveis, exigência de eficiência energética.

Foram identificados requisitos de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, considerando a natureza dos serviços e a necessidade de mitigação de impactos ambientais.

Registra-se que foi considerado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, como referência para definição de boas práticas compatíveis com o objeto.

Práticas sustentáveis aplicáveis

Utilização de tintas com menor teor de compostos orgânicos voláteis (VOC), reduzindo emissões atmosféricas; Preferência por materiais à base de água, quando tecnicamente viáveis; Uso de microesferas de vidro com procedência regular, garantindo desempenho e menor impacto ambiental; Destinação ambientalmente adequada de resíduos, incluindo embalagens e sobras de materiais; Adoção de procedimentos para armazenamento e transporte seguro de produtos químicos; Exigência de licenciamento ambiental ou dispensa





emitida por órgão competente; Utilização de equipamentos em boas condições de funcionamento, visando redução de emissões e consumo de combustível; Cumprimento das normas de segurança do trabalho e proteção ambiental; Planejamento da execução para reduzir desperdícios de materiais.

Conclusão

As práticas indicadas são compatíveis com o objeto e com o mercado, não restringem a competitividade e contribuem para a execução do serviço de forma ambientalmente adequada, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO DO OBJETO

Escolha entre execução direta (pela própria Administração) ou indireta (Terceirização).

Explique a escolha e seus impactos.

Opta-se pela execução indireta (terceirização), mediante contratação de empresa especializada.

Justificativa da escolha

A execução direta mostra-se inviável no cenário atual, em razão da indisponibilidade de equipamentos operacionais (danificados/inoperantes) e da redução do quadro de servidores capacitados, o que compromete a capacidade da Administração em realizar o serviço com meios próprios.

Por outro lado, a execução indireta permite a contratação de empresa que disponha de estrutura completa (mão de obra, equipamentos e insumos), assegurando a execução adequada e contínua dos serviços.

Impactos da decisão

Positivos: Garantia de continuidade do serviço público; Maior eficiência e qualidade técnica na execução; Redução de riscos operacionais e administrativos; Atendimento imediato da demanda; Eventuais pontos de atenção: Necessidade de fiscalização contratual efetiva; Dependência de terceiros para execução do serviço.

Conclusão

A execução indireta apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e viável no contexto atual, assegurando o atendimento do interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021.





Explique como será a execução do contrato. Quem será responsável pelo quê? Quais são as obrigações da contratada e da Administração? Local de Entrega/Prestação dos Serviços? Horários de Entrega/Execução das atividades?

A execução do contrato dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço unitário**, compreendendo a prestação de serviços de sinalização viária horizontal, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e demais anexos.

Os serviços serão executados de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **ordens de serviço**, nas quais constarão os locais, quantitativos e prazos para execução

RESPONSABILIDADES

Da Contratada

Compete à contratada:

Executar os serviços conforme as normas técnicas aplicáveis (CONTRAN, DNIT e ABNT); Fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários; Responsabilizar-se pela qualidade, durabilidade e segurança dos serviços executados; Sinalizar adequadamente os locais de execução, garantindo a segurança de pedestres e veículos; Cumprir os prazos estabelecidos nas ordens de serviço; Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desconformidade; Manter responsável técnico habilitado, com a devida ART/RRT; Cumprir as normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável; Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros.

Da administração

Compete à Administração:

Emitir as ordens de serviço com as especificações necessárias; acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021; receber e atestar os serviços executados; efetuar os pagamentos conforme condições estabelecidas; Aplicar sanções administrativas quando cabíveis; Fornecer, quando necessário, informações e orientações complementares para execução dos serviços.

LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados **em vias públicas do Município**, em locais previamente definidos pela Administração e indicados nas respectivas ordens de serviço.

Os serviços poderão ser executados em horários definidos pela contratada, de acordo com seu planejamento operacional, desde que não comprometam a segurança viária, a fluidez do tráfego e o interesse público.

A Administração poderá, a qualquer tempo, **determinar ou restringir horários de execução**, inclusive exigir a realização dos serviços em período noturno, fins de semana ou fora do horário comercial, quando necessário para minimizar impactos no trânsito ou por conveniência administrativa.

A execução em vias de maior fluxo deverá, preferencialmente, ocorrer em horários de menor movimentação, podendo a Administração estabelecer diretrizes específicas nas ordens de serviço.



**CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo a ser definido na ordem de serviço; Os serviços serão medidos conforme sua efetiva execução (m², metro linear ou unidade, conforme o item); A liberação para pagamento estará condicionada ao **atesto do fiscal do contrato**; A execução deverá observar critérios de qualidade, durabilidade e visibilidade da sinalização.

Há alguma rotina especial? Qual rotina deve ser aplicada?

Sim. A prestação dos serviços exige rotinas operacionais específicas, em razão da natureza técnica da atividade e dos requisitos de segurança viária.

Rotinas a serem aplicadas

Planejamento prévio das intervenções, com definição de trechos, horários e prioridades (especialmente em vias de maior fluxo); Execução preferencial em horários de menor tráfego (noturno ou fora de pico), para minimizar impactos na mobilidade; Sinalização temporária e isolamento da área de trabalho, garantindo a segurança de trabalhadores e usuários da via; Preparação adequada da superfície, incluindo limpeza e remoção de resíduos antes da aplicação; Aplicação conforme padrões técnicos, com controle de espessura, alinhamento e uniformidade; Controle de qualidade, incluindo verificação de retro refletância e inspeção dos serviços executados; Correção imediata de falhas, quando identificadas pela fiscalização; Gestão e destinação adequada de resíduos, conforme normas ambientais; Uso de EPIs e cumprimento das normas de segurança do trabalho; Acompanhamento contínuo pela fiscalização do contrato.

As rotinas descritas são essenciais para garantir segurança, qualidade e eficiência na execução dos serviços, estando alinhadas às boas práticas e aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

No caso de bens, a Administração tem onde guardar? Caso Positivo, onde e como será armazenado? (dispensável para serviços)

Não se aplica ao presente caso.

O objeto da contratação consiste na **prestação de serviços de sinalização horizontal viária**, não havendo aquisição de bens permanentes ou de consumo para estoque pela Administração.

Os materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços serão de **responsabilidade da empresa contratada**, não sendo incorporados ao patrimônio público. Dessa forma, não há necessidade de previsão de local ou condições de armazenamento pela Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.





Existe um cronograma de entregas (no caso de parcela única, informar no caso de entregas parceladas, indicar as datas esperadas mesmo para registro de preços)

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), não há previsão de entrega em parcela única, mas sim execução sob demanda, conforme necessidade da Administração.

O cronograma observará as seguintes diretrizes: Início da execução: imediato após a emissão da ordem de serviço/nota de empenho; Execução contínua e parcelada, conforme solicitações da Administração durante a vigência da ata/contrato; Prazos de atendimento: a contratada deverá iniciar os serviços em prazo a ser definido (ex.: até 5 dias úteis) após cada solicitação; Priorização de demandas urgentes, especialmente em locais com maior risco à segurança viária; Planejamento mensal ou periódico, conforme definição da Secretaria responsável.

Dessa forma, a execução será flexível e ajustada à necessidade real do Município, garantindo eficiência e continuidade dos serviços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Detalhe as condições de pagamento. Haverá pagamento parcelado? Como será feita a aceitação do serviço ou bem entregue?

1. Condições de pagamento

O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme a execução dos serviços, mediante medições periódicas.

Pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços e à apresentação de nota fiscal;

Vinculação à aprovação da medição pela fiscalização do contrato;

Prazo de pagamento a ser definido (ex.: até 30 dias), após o atesto da nota fiscal;

Possibilidade de retenções legais e contratuais, quando aplicáveis.

2. Aceitação dos serviços

A aceitação ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório

Realizado após a execução dos serviços em cada etapa/trecho;

Consiste na verificação inicial pela fiscalização quanto à conformidade com o contratado;

b) Recebimento definitivo

Ocorre após verificação completa da qualidade e desempenho dos serviços;

Inclui análise de critérios técnicos, como uniformidade, aderência e retrorefletância;

Condicionado à correção de eventuais falhas identificadas.

3. Condicionantes

Serviços em desacordo deverão ser corrigidos pela contratada, sem ônus adicional;

O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo ou atesto da medição, conforme o caso.





As condições estabelecidas garantem controle da execução, qualidade do objeto e segurança na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Bem necessita alguma licença ou autorização especial (registro ANATEL, INMETRO, Registro Anvisa, etc)? No caso de serviços, o prestador precisa registro profissional em algum órgão (CREA, CRF, CRBIO, CRM, etc)? E o fornecedor necessita de algum registro em algum órgão específico (CTF, Bombeiros, etc)?

1. Natureza do objeto

Trata-se de prestação de serviços de engenharia, não envolvendo bens sujeitos a registro em órgãos como ANATEL, INMETRO ou ANVISA.

2. Registro profissional do prestador

Sim. O prestador deverá possuir:

Registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA ou CAU;

Indicação de responsável técnico habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto);

Emissão de ART/RRT relativa aos serviços executados.

3. Registros e licenças da empresa

A contratada deverá possuir, quando aplicável:

Registro no Conselho Regional de Química, em razão da manipulação de insumos químicos;

Licenciamento ambiental vigente ou dispensa emitida pelo órgão competente;

Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB);

Licenças junto à Polícia Federal e Polícia Civil, quando aplicáveis ao controle de produtos químicos;

Atendimento às normas de segurança do trabalho (ex.: NR-13, quando aplicável).

Conclusão

Os registros e licenças exigidos são compatíveis com a natureza do objeto, visando garantir a execução do serviço com segurança técnica, ambiental e operacional, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

O serviço necessita alguma licença especial (Licença Sanitária, Licença Ambiental, AE/AFE Anvisa)?

Sim. O serviço demanda licenciamento ambiental, ou, quando cabível, declaração de dispensa emitida pelo órgão ambiental competente, em razão da utilização e manipulação de insumos químicos (tintas, solventes e materiais termoplásticos).

Não se aplica a exigência de:

Licença Sanitária;

Autorização Especial (AE) ou Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA, pois o objeto não envolve atividades sujeitas à vigilância sanitária.





Portanto, a exigência de licenciamento ambiental é suficiente para assegurar a execução do serviço em conformidade com a legislação vigente, em observância aos princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Os fornecedores costumam apresentar produtos/serviços de baixa qualidade ou que ofereçam risco aos usuários e demais pessoas? É necessária a exigência de apresentação de amostra para verificação prévia da qualidade do produto ofertado? É necessária a exigência de apresentação de amostra para verificação prévia da qualidade do produto ofertado?

Em regra, o mercado dispõe de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas exigidas. Contudo, considerando a natureza do objeto e o impacto direto na segurança viária, há risco de oferta de serviços com qualidade inferior (baixa durabilidade, baixa retrorefletância, aplicação inadequada), o que pode comprometer a eficácia da sinalização. Entretanto, não se mostra necessária a exigência de apresentação de amostra prévia, uma vez que a qualidade do serviço pode ser adequadamente assegurada por outros mecanismos mais eficientes, tais como:

Exigência de laudos técnicos de retrorefletância, conforme ABNT NBR 14723:2013;

Comprovação de capacidade técnica (atestados e acervo técnico);

Fiscalização rigorosa da execução, com possibilidade de ensaios em campo;

Previsão de correção/refazimento dos serviços em caso de não conformidade.

A exigência de amostra, neste caso, pode ser considerada desnecessária e potencialmente restritiva, não sendo o meio mais adequado para aferição da qualidade do serviço.

Dessa forma, conclui-se que a qualidade será garantida por critérios técnicos objetivos e fiscalização contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Qual a garantia mínima necessária para o Objeto? É costume do mercado essa prática?

Prazo de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo de cada etapa.

Quais os requisitos de sustentabilidade foram identificados? Foi consultado o Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis?

Foram identificados requisitos de sustentabilidade compatíveis com o objeto, considerando os impactos decorrentes da utilização de insumos químicos e da execução em vias públicas. Registra-se que foi considerado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis como referência para definição das exigências.

Requisitos aplicáveis





Utilização de tintas com menor teor de compostos orgânicos voláteis (VOC); Preferência por materiais à base de água, quando tecnicamente viáveis; Destinação ambientalmente adequada de resíduos (embalagens e sobras); Licenciamento ambiental ou dispensa emitida pelo órgão competente; Adoção de medidas para armazenamento e transporte seguro de produtos químicos; Uso de equipamentos em boas condições, reduzindo emissões e consumo; Planejamento da execução para minimizar desperdícios; Cumprimento das normas de segurança do trabalho e proteção ambiental.

Conclusão

Os requisitos são compatíveis com o mercado e não restritivos, contribuindo para a execução do objeto de forma ambientalmente adequada, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

São necessários materiais específicos/equipamentos/ferramentas/utensílios? Quais as quantidades de cada um dos itens necessários? Quais? Quem disponibilizará os materiais? Prestador, quais?

1. Necessidade de materiais e equipamentos

Sim. A execução do serviço exige materiais e equipamentos específicos, indispensáveis à adequada prestação.

2. Materiais e insumos principais

Tintas para sinalização viária (acrílica e/ou termoplástica); Microesferas de vidro para retrorefletância; Solventes/diluentes (quando aplicável); Materiais para sinalização temporária (cones, cavaletes, fitas, etc.).

3. Equipamentos e ferramentas

Máquinas demarcadoras de pintura viária; Equipamentos de aplicação (aspersão/extrusão); Compressores e sistemas de pressão (quando aplicável); Veículos de apoio; Equipamentos de medição e controle (espessura/retrorefletância, quando necessário); EPIs e EPCs.

4. Quantidades

As quantidades de materiais e equipamentos não serão previamente fixadas, devendo ser dimensionadas pela contratada conforme cada ordem de serviço, considerando: Extensão das vias; Tipo de sinalização a ser executada; Demanda específica da Administração.

5. Responsabilidade pelo fornecimento

Todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estar em perfeitas condições de uso e atender às especificações técnicas exigidas.

Dessa forma, a solução adotada transfere à contratada a responsabilidade pela estrutura necessária, garantindo eficiência, padronização e execução adequada do serviço, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.





Serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato? Quais?

Sim, são recomendáveis procedimentos mínimos de transição e encerramento contratual, a fim de assegurar a continuidade e o adequado controle dos serviços.

1. Transição

Repasse de informações à Administração sobre os serviços executados (trechos, quantitativos e cronograma);

Entrega de relatórios técnicos e medições consolidadas;

Indicação das áreas com necessidade de manutenção futura;

Apoio à eventual nova contratada, quando houver continuidade do serviço.

2. Finalização

Conclusão de todas as ordens de serviço emitidas até o término da vigência;

Recebimento definitivo dos serviços executados;

Correção de eventuais pendências ou não conformidades;

Apresentação de documentação final (ART/RRT, relatórios e medições);

Cumprimento das obrigações relativas ao período de garantia.

Conclusão

Tais procedimentos visam assegurar a continuidade do serviço, rastreabilidade das execuções e adequada fiscalização, em conformidade com os princípios da eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. QUANTITATIVO DO OBJETO

Já contratamos antes? Qual foi a quantidade? A quantidade atendeu a demanda?

Sim. O objeto já foi anteriormente atendido pela Administração, por meio de execução direta com utilização de equipamentos próprios.

Quanto aos quantitativos, não havia contratação formal com definição prévia em edital, sendo a execução realizada conforme a capacidade operacional disponível à época.

De modo geral, a quantidade executada atendia à demanda existente naquele período, especialmente após os investimentos realizados em equipamentos.

Contudo, no cenário atual, a demanda permanece contínua, porém a Administração não dispõe mais de capacidade operacional suficiente, razão pela qual os quantitativos a serem contratados deverão ser estimados com base na necessidade atual e futura do Município, preferencialmente por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).

Assim, a nova contratação visa garantir o atendimento adequado da demanda, de forma contínua e eficiente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.





Após a contratação anterior (se existente), houve aumento de usuários/beneficiários/consumidores dessa contratação/área a ser conservada/atingida?

Não há evidência de aumento significativo no número de usuários/beneficiários do serviço, uma vez que a utilização das vias públicas já é inerente à coletividade.

Contudo, verifica-se manutenção e possível ampliação da área a ser atendida, em razão do crescimento urbano e da necessidade contínua de manutenção da sinalização existente, o que impacta diretamente na demanda pelos serviços.

Além disso, o desgaste natural da sinalização e a necessidade de recomposição periódica contribuem para a ampliação da demanda ao longo do tempo, ainda que o número de usuários se mantenha estável.

Dessa forma, a contratação deve considerar uma demanda contínua e progressiva, compatível com a realidade do Município, em conformidade com o planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

De quanto a Administração precisa atualmente? Por quê?

A Administração estima a necessidade atual de 10.000 m² de sinalização horizontal viária. Justificativa

O quantitativo estimado de **10.000 m² de sinalização horizontal** foi definido considerando as necessidades de implantação, revitalização e manutenção da sinalização viária nas vias urbanas do município durante o período de vigência da contratação.

Para o dimensionamento da demanda, foram considerados os principais elementos de sinalização horizontal utilizados nas vias urbanas, compreendendo:

- Linhas de divisão de fluxos (faixas centrais);
- Linhas de bordo e delimitação de estacionamento;
- Faixas de travessia de pedestres;
- Linhas de retenção;
- Símbolos, legendas e demais demarcações previstas na regulamentação de trânsito.

Para as linhas longitudinais, adotou-se como referência a largura padrão de 12 cm, amplamente utilizada na sinalização viária urbana. Nessa condição, cada metro quadrado de pintura corresponde a aproximadamente 8,33 metros lineares de faixa, de modo que o quantitativo total de 10.000 m² representa cerca de 83.333 metros lineares de sinalização longitudinal.

Entretanto, a sinalização horizontal municipal não é composta exclusivamente por linhas longitudinais. Parte significativa da demanda envolve a execução de faixas de pedestres, áreas de estacionamento, linhas de retenção, símbolos de acessibilidade, inscrições no pavimento e demais dispositivos de regulamentação e advertência, que apresentam consumo de material superior ao das linhas simples.





Considerando uma via urbana típica dotada de faixa central de divisão de fluxos, delimitação de estacionamento em ambos os lados da via, faixas de pedestres em cruzamentos e demais demarcações complementares de regulamentação e advertência, estima-se um consumo médio aproximado de **500 m² de sinalização horizontal por quilômetro de via**, podendo variar conforme as características locais, quantidade de interseções e dispositivos de controle de tráfego existentes.

Dessa forma, o quantitativo estimado de 10.000 m² permite atender aproximadamente **20 quilômetros de vias urbanas completas**, abrangendo tanto a implantação de nova sinalização quanto a revitalização periódica da sinalização existente.

A demanda prioritária para execução dos serviços concentra-se na **região central do município**, especialmente nas vias de maior fluxo de veículos e pedestres, compreendendo as Ruas **Farroupilha, Santa Terezinha, Vânio Gueller, Nereu Ramos, Alfredo Chaves, Duque de Caxias, Garibaldi e Salgado Filho**, locais que apresentam maior necessidade de revitalização da sinalização horizontal em razão do desgaste natural provocado pelo tráfego intenso e pelas condições climáticas.

Ressalta-se, contudo, que o quantitativo estimado não se limita às vias mencionadas, podendo ser utilizado em outras ruas e avenidas do perímetro urbano que demandem implantação, manutenção ou revitalização da sinalização horizontal durante a vigência contratual, conforme planejamento e necessidade da Administração Municipal.

A estimativa foi elaborada com base nas características da malha viária municipal, no histórico de intervenções realizadas e na necessidade permanente de manutenção das condições adequadas de circulação e segurança no trânsito.

Assim, o quantitativo proposto mostra-se compatível com a demanda prevista para o período contratual, observando os princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e planejamento que regem as contratações públicas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a adequada sinalização das vias públicas e contribuindo para a segurança viária de motoristas, ciclistas e pedestres.

Como se chegou a esse montante? Qual foi a metodologia?

O quantitativo estimado de 10.000 m² foi definido com base em levantamento técnico realizado pelo próprio Município, cujo documento encontra-se devidamente anexado ao processo administrativo.

A metodologia adotada consistiu na:

Identificação das vias contempladas pela revitalização viária; Levantamento in loco das áreas a serem sinalizadas, considerando extensão, largura das vias e tipos de demarcação; Quantificação das áreas de aplicação, em metros quadrados, conforme necessidade de implantação e recomposição da sinalização horizontal.





Dessa forma, o montante estimado reflete a necessidade real e atual da Administração, sendo fundamentado em dados técnicos, em conformidade com o dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

Os documentos utilizados para o cálculo

Foram anexados a este ETP;

Os documentos não foram anexados em razão de:

Os documentos utilizados para a definição dos quantitativos consistem em levantamento técnico realizado pelo próprio Município, contendo a identificação das vias, medições e áreas a serem sinalizadas, estando devidamente anexados ao presente processo administrativo, servindo como base para a estimativa da contratação.

Explique o cálculo dos quantitativos:

O quantitativo estimado de 10.000 m² foi obtido com base em levantamento técnico realizado pelo Município, considerando as vias contempladas no programa de revitalização viária.

O cálculo foi realizado a partir da:

Medição da extensão das vias (em metros lineares); Definição das larguras das faixas de sinalização (faixas de pedestres, linhas de eixo, bordos, etc.); Conversão das dimensões em área (m²), mediante a multiplicação da extensão pela largura de cada tipo de demarcação; Somatório das áreas totais a serem executadas nas diferentes vias e tipos de sinalização.

Foram considerados, ainda:

Trechos com necessidade de implantação nova; Áreas com recomposição de sinalização desgastada; Padronização conforme normas técnicas de trânsito.

Assim, o quantitativo final reflete a demanda real levantada em campo, devidamente consolidada em documento técnico anexo ao processo, em conformidade com o planejamento exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Foi considerada a necessidade de outros órgãos/departamentos/secretarias?

Sim

Não. Por quê?

A presente contratação foi estruturada para atender demanda específica da Secretaria responsável pela gestão e manutenção da malha viária, não havendo, no momento, necessidade de atendimento conjunto com outros órgãos ou secretarias.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Ressalta-se que o objeto possui natureza operacional específica, vinculada diretamente à manutenção da sinalização horizontal viária, não havendo interdependência técnica ou administrativa que justifique a inclusão de outras unidades no presente processo.

A definição da demanda foi realizada com base em levantamento próprio do setor competente, sendo suficiente para atendimento da necessidade identificada, em conformidade com o planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

7. ORÇAMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação em R\$:

R\$ 299.100,00 (duzentos e noventa e nove mil e cem reais)

Explique como esse valor foi obtido. Pesquisa de mercado, bases de dados, contratações similares?

O valor estimado da contratação (R\$ 299.100,00) foi obtido por meio de pesquisa de mercado estruturada, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à busca da proposta mais vantajosa e à utilização de múltiplas fontes.

1. Fontes utilizadas

A formação do preço considerou:

03 (três) contratações públicas disponíveis no PNCP, utilizadas para composição da mediana de mercado;

03 (três) orçamentos de empresas especializadas, obtidos diretamente com fornecedores do ramo, utilizados para composição da média final.

Apresente as fontes consultadas. Cite fornecedores, contratos anteriores, ou qualquer outra referência utilizada.

Para formação do valor estimado da contratação, foram utilizadas fontes públicas e privadas, garantindo maior confiabilidade e aderência aos preços praticados no mercado.

1. Contratações públicas (PNCP)

Foram consultadas 03 (três) contratações similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), utilizadas como referência para composição da mediana de





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

preços, considerando serviços de sinalização horizontal viária com características equivalentes.

2. Orçamentos de fornecedores especializados

Foram obtidos 03 (três) orçamentos junto a empresas do ramo, conforme segue:

SINALPAR – CNPJ: 12.106.617/0001-75

G2 – Empreendimentos e Logística Ltda – CNPJ: 14.744.458/0001-60

Endereço: Av. XV de Novembro, nº 517, Centro, Cornélio Procópio/PR

SHARK do Brasil Ltda – CNPJ: 47.024.084/0001-67

Endereço: Av. XV de Novembro, nº 505, sala 101, Centro, Cornélio Procópio/PR

3. Considerações

As empresas consultadas atuam no segmento de sinalização viária, sendo aptas a fornecer orçamentos compatíveis com o objeto pretendido.

A combinação entre dados do PNCP e orçamentos diretos permitiu a obtenção de um valor estimado compatível com o mercado, assegurando a observância dos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Além do preço total, foram definidos os custos e preços unitários de cada parcela do objeto?

Sim

Não. Por quê?

Além do valor total estimado, foram definidos os custos unitários do objeto, fixados em R\$ 29,91 por m², obtidos a partir da consolidação da pesquisa de mercado realizada.

O valor unitário servirá como referência para as contratações, especialmente considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a execução sob demanda conforme a necessidade da Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Como foi realizada essa estimativa dos preços e custos unitários?

A estimativa dos preços e custos unitários foi realizada com base em pesquisa de mercado combinada, utilizando fontes públicas e privadas, conforme segue:

Inicialmente, foram coletados valores de 03 (três) contratações similares disponíveis no PNCP, nas quais os preços já estavam expressos em R\$/m², sendo apurada a mediana desses valores, a fim de eliminar distorções e valores extremos.

Paralelamente, foram obtidos 03 (três) orçamentos junto a empresas especializadas, que apresentaram propostas contendo:

Valor unitário por metro quadrado (R\$/m²);

Valor total para execução de 10.000 m².

Na sequência, procedeu-se ao cruzamento das informações, utilizando:





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

A mediana dos preços públicos (PNCP);
A média aritmética dos orçamentos privados.
A partir dessa consolidação, obteve-se o preço unitário final de R\$ 29,91/m², considerado representativo do mercado.
Por fim, o valor total estimado foi obtido mediante a multiplicação do valor unitário pela quantidade estimada (10.000 m²), resultando em R\$ 299.100,00.
Dessa forma, a metodologia adotada garante maior segurança, confiabilidade e aderência aos preços praticados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

8.COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A contratação pretendida é compatível com o planejamento do órgão e do Município, estando prevista no:

Plano de Contratações Anual (PCA)

Se não estiver prevista, justifique a inclusão excepcional. Explique por que a necessidade surgiu agora e quais fatores impediram o planejamento prévio.

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, estando alinhada ao planejamento administrativo e às diretrizes da Secretaria responsável.
A inclusão no PCA demonstra que a demanda foi previamente identificada e planejada, considerando a necessidade contínua de manutenção e implantação de sinalização viária, especialmente diante das ações de revitalização urbana.
Dessa forma, a contratação mostra-se compatível com o planejamento institucional, atendendo aos princípios da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO.

É tecnicamente viável dividir a solução, ou vamos reunir os itens em grupos? Por quê?

Não é tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto, devendo a contratação ocorrer de forma única (lote único).
Justificativa





O objeto consiste em serviços contínuos e integrados de sinalização horizontal viária, cuja execução demanda:

Padronização técnica (materiais, espessura, retrorrefletância);

Uniformidade visual e funcional da sinalização;

Uso de equipamentos e equipes especializadas de forma coordenada;

O parcelamento poderia gerar:

Risco de despadronização entre trechos executados por diferentes empresas;

Dificuldades de fiscalização e controle;

Aumento de custos operacionais e logísticos;

Possíveis conflitos de responsabilidade entre contratadas. ‘

Dessa forma, a contratação em lote único mostra-se mais adequada sob o ponto de vista técnico e econômico, garantindo eficiência, padronização e melhor gestão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Será melhor gerir dessa forma?

Sim. A contratação em lote único mostra-se mais adequada sob o aspecto da gestão contratual.

A centralização da execução em uma única contratada facilita o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, permitindo maior controle sobre padrões de qualidade, prazos e conformidade técnica. Além disso, reduz a complexidade administrativa, evitando a necessidade de gerenciar múltiplos contratos simultâneos.

Tal modelo contribui para maior eficiência na gestão, mitigando riscos de falhas operacionais e garantindo melhor coordenação das atividades, em observância aos princípios da eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

E economicamente é viável dividir a solução? (Ganha-se desconto ou aumenta o preço?)

Não. Sob o aspecto econômico, o parcelamento tende a ser desfavorável.

A divisão do objeto pode comprometer a economia de escala, elevando os custos unitários dos serviços, uma vez que cada contratada deverá mobilizar individualmente equipe, equipamentos e estrutura operacional.

Além disso, a fragmentação pode gerar sobreposição de custos logísticos e administrativos, refletindo em aumento do preço final da contratação.

Dessa forma, a contratação em lote único mostra-se mais vantajosa economicamente, assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.





Há melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

Não. No caso concreto, o parcelamento do objeto não proporciona melhor aproveitamento do mercado nem ampliação relevante da competitividade.

O serviço de sinalização horizontal viária exige capacidade técnica integrada, envolvendo fornecimento de insumos, equipamentos específicos e mão de obra especializada, o que restringe naturalmente a participação a empresas que já possuem estrutura completa para execução do objeto.

Assim, a divisão da solução não ampliaria significativamente o número de licitantes aptos, podendo, ao contrário, gerar perda de eficiência, despadronização dos serviços e dificuldades na gestão e fiscalização contratual.

Dessa forma, a contratação em lote único preserva a competitividade possível no mercado, sem prejuízo à isonomia, e assegura a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O fornecimento será parcelado? Em itens ou grupo de itens?

Não haverá parcelamento do objeto em itens ou grupos.

A contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada e contínua dos serviços de sinalização horizontal viária, que demandam padronização técnica, uniformidade e execução coordenada.

Contudo, a execução do objeto ocorrerá de forma parcelada no tempo, conforme a necessidade da Administração, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a emissão de ordens de serviço de forma gradual e sob demanda.

Dessa forma, preserva-se a unidade técnica do objeto, sem prejuízo da flexibilidade na execução, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Diante da necessidade e da vantagem para a Administração Pública no parcelamento da contratação, entende-se **que o método mais eficiente para o parcelamento é a:**

Conforme demonstrado, não há vantagem técnica nem econômica no parcelamento do objeto, sendo a contratação em lote único a solução mais adequada.

O parcelamento comprometeria a padronização dos serviços, a eficiência operacional e a gestão contratual, além de não proporcionar ganhos de competitividade ou economicidade.

Dessa forma, afasta-se a adoção de qualquer método de parcelamento, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

No caso de não haver parcelamento, em razão dessa escolha é:
(assinalar quantas necessárias)





Possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, do ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, e risco à celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Risco à economia de escala e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, eis que o preço aumentará.

A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração.

Possibilidade da perda do sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Possibilidade da mitigação da responsabilidade técnica do prestador.

Explique:

A não adoção do parcelamento justifica-se pelo fato de que a divisão do objeto comprometeria a execução integrada dos serviços de sinalização horizontal viária, os quais demandam padronização técnica, uniformidade de aplicação e atuação coordenada de equipe e equipamentos.

A eventual contratação de múltiplas empresas poderia gerar descontinuidade na execução, desalinhamento de cronogramas e inconsistências técnicas entre trechos, prejudicando a qualidade e a funcionalidade da sinalização.

Ademais, a fragmentação do objeto poderia dificultar a definição de responsabilidades técnicas, especialmente quanto à qualidade, durabilidade e conformidade dos serviços executados, aumentando o risco de falhas e prejuízos à Administração.

Dessa forma, a contratação em lote único assegura maior controle, padronização e eficiência na execução, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação são caracterizados como **(apenas uma opção deve ser selecionada)**

- **Serviço Comum(ns) de Engenharia** (Art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei 14133/2021)

Justifica-se a necessidade de Fornecimento Continuo/Prestação de Serviço continuada em razão de





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Justifica-se a necessidade de fornecimento contínuo/prestação de serviço continuada em razão da natureza permanente e recorrente da demanda por sinalização horizontal viária no Município.

A sinalização horizontal sofre desgaste natural decorrente do tráfego de veículos, das condições climáticas e do tempo de uso, exigindo manutenção periódica, reaplicações e intervenções constantes para garantir sua eficácia.

Além disso, a necessidade não se exaure em uma única execução, sendo renovada ao longo do tempo, especialmente diante de ações de revitalização viária, expansão urbana e adequações às normas de trânsito.

Dessa forma, a contratação contínua mostra-se indispensável para assegurar a manutenção regular da segurança viária, da organização do tráfego e da adequada prestação do serviço público, em conformidade com os princípios da eficiência e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Neste caso, atesta-se ser mais vantajosa a vigência plurianual.

11.FORMA DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Licitação, Procedimento e Critérios de Julgamento

A modalidade licitatória a ser adotada será:

Pregão;

Justifique com base na legislação.

A modalidade licitatória a ser adotada será o Pregão, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Justifica-se a escolha pelo fato de que o objeto da contratação se enquadra como serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas aplicáveis (ex.: ABNT).

Nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os de engenharia, sendo caracterizado pela disputa baseada em critérios objetivos e julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

Ademais, a adoção do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, assegura maior competitividade, transparência e celeridade ao procedimento licitatório, possibilitando a





participação de maior número de licitantes e contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão encontra respaldo legal e mostra-se adequada à natureza do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Critério de Julgamento

- menor preço;

Explique o critério de julgamento. Menor preço, técnica e preço? O que faz essa opção ser a mais vantajosa?

Justifica-se a escolha em razão de o objeto caracterizar-se como serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade estão previamente definidos no edital por meio de especificações técnicas objetivas, normas da ABNT e requisitos mínimos de execução.

Nesse contexto, não há necessidade de avaliação subjetiva de propostas técnicas, uma vez que a qualidade do serviço será assegurada por exigências de habilitação técnica, parâmetros de desempenho (como retrorefletância) e fiscalização contratual.

A adoção do critério de menor preço permite uma disputa mais objetiva e transparente entre os licitantes, favorecendo a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sob o ponto de vista econômico.

Por outro lado, o critério de técnica e preço não se mostra adequado ao caso, pois é recomendado para contratações que envolvam maior complexidade técnica ou soluções intelectuais diferenciadas, o que não se verifica no presente objeto.

Dessa forma, o critério de menor preço revela-se o mais eficiente e compatível com a natureza da contratação, assegurando economicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Ajustes no Procedimento?

Não houve ajuste

Sim, houve:

SRP

Foi avaliada a possibilidade prorrogação antecipada do SRP?





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Foi avaliada a possibilidade de restituição dos quantitativos do SRP (sem somatório)?

Inversão de Fases (Habilitação antes do Julgamento)

Amostra / Prova de Conceito

Garantias da Proposta

Garantias do Contrato (depósito, fiança bancária, seguro, etc)

Justifique a melhor solução para o caso sob a ótica do procedimento de contratação:

Para o presente caso, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando que a demanda por serviços de sinalização horizontal viária possui caráter contínuo, variável e de difícil previsão exata ao longo do tempo.

A utilização do SRP mostra-se adequada por permitir contratações sob demanda, conforme a necessidade da Administração, evitando a contratação excessiva de quantitativos e possibilitando maior flexibilidade na execução dos serviços, além de contribuir para o melhor planejamento dos gastos públicos e maior eficiência na gestão contratual.

Foi avaliada a possibilidade de prorrogação antecipada da ata de registro de preços, considerando a natureza contínua do objeto e a necessidade recorrente dos serviços, sendo esta alternativa considerada viável caso demonstrada a vantajosidade econômica e o interesse público, nos termos da legislação vigente.

Também foi considerada a possibilidade de restituição dos quantitativos do SRP sem somatório automático, garantindo que as contratações ocorram conforme a real necessidade da Administração, evitando consumo indevido ou artificial dos quantitativos registrados.

Não se adotou a inversão de fases (habilitação antes do julgamento), mantendo-se o rito padrão do pregão, por ser o procedimento mais comum e suficiente para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, sem necessidade de alterações que possam ampliar a complexidade processual.

Da mesma forma, não foi prevista exigência de amostra ou prova de conceito, uma vez que a qualidade dos serviços poderá ser adequadamente assegurada por meio de requisitos técnicos objetivos, apresentação de atestados de capacidade técnica, laudos de retrorefletância e fiscalização rigorosa durante a execução contratual.

Não se estabeleceu a exigência de garantia da proposta, por não se verificar risco significativo que justifique tal medida, considerando a natureza do objeto e a ampla disponibilidade de fornecedores qualificados no mercado.

Quanto à garantia contratual (caução, seguro-garantia ou fiança bancária), sua exigência poderá ser avaliada na fase de elaboração do edital, caso identificados riscos relevantes relacionados à execução do contrato, especialmente quanto à qualidade e durabilidade dos serviços.

Documento assinado no formato Eletrônico, conforme DECRETO Nº 460/2024
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://saomigueldoiguacu.oxxy.eletronic.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: tc0316cb-ef50-4572-8ec0-6ef6520684c - Página 38/57





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Dessa forma, as soluções procedimentais adotadas mostram-se adequadas ao objeto, garantindo eficiência, economicidade, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação dos responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
BAIXO	5
MÉDIO	10
ALTO	15

Descrição dos impactos:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/aquisição. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

ALTO	75	150	225
MÉDIO	50	100	150
BAIXO	25	50	75
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da Matriz Probabilidade x Impacto. Caso o risco enquadre-se na região entre 25 e 50, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.

Se estiverem na região entre 75 e 100, entende-se como médio e na região entre 150 e 225, entende-se como nível de risco alto.

Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas.

1. RISCOS

1.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:

Risco			
Definição inadequada das especificações técnicas			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		
01	Contratação de serviços incompatíveis com as necessidades da Administração ou com baixa durabilidade.		
Id.	Ação Preventiva	Responsável	





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

- 01 Elaboração das especificações com base em normas técnicas (ex.: ABNT NBR 14723) e validação por profissional habilitado. Responsável Técnico

Id.	Ação de Contingência	Responsável
01	Revisão do edital e eventual republicação com ajustes técnicos.	Setor de Licitações

Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação:

ALTO			
MÉDIO			
BAIXO			x
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

1.2. Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:

Risco			
Estimativa incorreta dos quantitativos			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		

- 02 Contratação com quantitativos insuficientes ou excessivos, podendo gerar necessidade de aditivos, nova licitação ou desperdício de recursos públicos.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
02	Realização de levantamento técnico detalhado das vias, com medições in loco e validação dos quantitativos por equipe técnica.	Secretaria de Segurança e Trânsito

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - Versão 2.0 - Março de 2025

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

www.saomiguel.pr.gov.br – licitacoes@saomiguel.pr.gov.br (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Id.	Ação de Contingência	Responsável
02	Revisão dos quantitativos e eventual abertura de novo procedimento licitatório ou utilização complementar do SRP.	Gestor do Contrato

Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação:			
ALTO			
MÉDIO		x	
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

2 RISCOS

2.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade da **seleção da executante/contratada:**

Risco			
Baixa competitividade no certame			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		

01 Número reduzido de licitantes, podendo resultar em preços elevados ou licitação deserta.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
01	Definição de exigências técnicas proporcionais e divulgação ampla do certame.	Setor de Licitações

Id.	Ação de Contingência	Responsável
-----	----------------------	-------------





01

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Revisão do edital e republicação.

Setor de Licitações

Matriz dos riscos relacionados a fase de Seleção da Contratada			
ALTO			
MÉDIO	x		
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

2.2. Relacionados ao comprometimento da efetividade da **seleção da executante/contratada**: **Habilitação de empresa sem capacidade técnica**

Risco			
Habilitação de empresa sem capacidade técnica			
Probabilidade:	Baixa	Média	
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		

02 Execução inadequada dos serviços, comprometendo a qualidade da sinalização.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
-----	-----------------	-------------

02 Exigência de atestados de capacidade técnica e acervo técnico compatível. Pregoeiro

Id.	Ação de Contingência	Responsável
-----	----------------------	-------------

02 Rescisão contratual e convocação do próximo colocado. Gestor do Contrato





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Matriz dos riscos relacionados a fase de Seleção da Contratada			
ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

3.RISCOS

3.1 Relacionados ao comprometimento da efetividade da **gestão contratual**

Risco			
Atraso na execução dos serviços			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		

01 Comprometimento da segurança viária e atraso no cronograma.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
01	Definição clara de prazos e acompanhamento periódico da execução.	Fiscal do Contrato

Id.	Ação de Contingência	Responsável
01	Aplicação de penalidades contratuais e reprogramação dos serviços.	Gestor do Contrato

Matriz dos riscos relacionados a fase de Gestão Contratual:			
ALTO			





MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

3.2. Relacionados ao comprometimento da efetividade da **gestão contratual**

Risco			
Execução dos serviços com baixa qualidade			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		
02	Redução da durabilidade da sinalização e necessidade de retrabalho.		

Id.	Ação Preventiva	Responsável
02	Fiscalização técnica contínua e verificação da retrorefletância.	Fiscal Técnico

Id.	Ação de Contingência	Responsável
02	Determinação de refazimento dos serviços sem ônus à Administração.	Gestor do Contrato

Matriz dos riscos relacionados a fase de Gestão Contratual :			
ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Para os riscos inaceitáveis (alta probabilidade), avaliou-se solicitar garantia da execução do contrato?

Sim. Foi avaliada a possibilidade de exigência de garantia da execução contratual como medida de mitigação de riscos associados à execução dos serviços.

Contudo, após a análise dos riscos identificados, verificou-se que, embora existam riscos com impacto relevante — especialmente aqueles relacionados à qualidade dos serviços, atrasos na execução e eventual descumprimento contratual — a probabilidade de ocorrência foi classificada predominantemente como média, não sendo caracterizados riscos com alta probabilidade que justifiquem, de forma obrigatória, a exigência imediata de garantia contratual nesta fase do planejamento.

Ressalta-se, entretanto, que a exigência de garantia da execução do contrato (nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária) poderá ser avaliada na fase de elaboração do edital, caso se identifique necessidade adicional de mitigação de riscos, considerando a complexidade do objeto, o valor estimado da contratação e o interesse da Administração.

Dessa forma, conclui-se que a exigência de garantia contratual foi devidamente avaliada como instrumento de mitigação de riscos, permanecendo como medida facultativa, a ser definida conforme análise final da Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Houve o tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências? Em quais?

Sim. Os riscos considerados mais relevantes foram devidamente tratados por meio da definição de ações preventivas e contingenciais, com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos adversos e minimizar seus impactos sobre a contratação e a execução do objeto.

Foram adotadas medidas específicas especialmente para os riscos classificados com maior impacto, destacando-se:

Risco de habilitação de empresa sem capacidade técnica adequada: Foi prevista, como ação preventiva, a exigência de comprovação de capacidade técnica por meio de apresentação de atestados técnicos, acervo técnico e indicação de responsável técnico habilitado, garantindo que apenas empresas qualificadas participem do certame. Como ação de contingência, prevê-se a desclassificação da empresa ou rescisão contratual, com convocação do próximo licitante classificado.

Risco de apresentação de proposta inexecutável: Como medida preventiva, será realizada análise da exequibilidade das propostas





apresentadas, especialmente quando identificados valores significativamente inferiores à média de mercado. Como medida contingencial, prevê-se a desclassificação da proposta considerada inexecutável e convocação do próximo licitante.

Risco de atraso na execução dos serviços:
Foram estabelecidas ações preventivas como definição clara de prazos, emissão de ordens de serviço formais e acompanhamento periódico pela fiscalização contratual. Como ação de contingência, prevê-se a aplicação de penalidades contratuais, reprogramação das atividades e, em casos extremos, rescisão contratual.

Risco de execução dos serviços com baixa qualidade:
Como medida preventiva, foi prevista fiscalização técnica contínua, com verificação do atendimento às especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho, incluindo testes de retrorefletância. Como ação contingencial, prevê-se a determinação de refazimento dos serviços executados em desacordo, sem ônus para a Administração.

Risco de descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias:
Foi estabelecida, como medida preventiva, a exigência de comprovação periódica do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS. Como medida contingencial, prevê-se a retenção de pagamentos e comunicação aos órgãos competentes, quando necessário.

Dessa forma, verifica-se que os riscos considerados relevantes foram devidamente tratados por meio da definição de ações preventivas e contingenciais adequadas, garantindo maior segurança na execução contratual e mitigação de impactos negativos, em conformidade com as boas práticas de gestão de riscos previstas na Lei nº 14.133/2021.

No caso de serviços de engenharia ou serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?

Sim. O risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS pela contratada foi devidamente contemplado no mapa de riscos, considerando a natureza do objeto, que envolve a execução de serviços de engenharia com utilização de mão de obra especializada.

Tal risco foi classificado como relevante, tendo em vista a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração Pública em caso de inadimplemento por parte da contratada, bem como os impactos que tal situação pode gerar na continuidade da execução contratual.

Como medidas preventivas, foram estabelecidas exigências de comprovação periódica do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, mediante apresentação de documentos comprobatórios, tais como guias de recolhimento do FGTS, comprovantes de pagamento de encargos sociais e demais obrigações legais pertinentes.





Adicionalmente, foi prevista como medida contingencial a possibilidade de retenção de pagamentos devidos à contratada, bem como a comunicação aos órgãos competentes e eventual rescisão contratual, caso sejam identificadas irregularidades que comprometam a regularidade trabalhista da empresa.

Dessa forma, verifica-se que o referido risco foi devidamente identificado, analisado e tratado no âmbito do mapa de riscos, contribuindo para a mitigação de responsabilidades e para a garantia da regular execução contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Optou-se pela redistribuição de algum risco no contrato? Caso positivo, justifique.

Sim. Optou-se pela redistribuição de determinados riscos no contrato, de forma a atribuir à contratada aqueles inerentes à execução técnica dos serviços, em conformidade com as boas práticas de gestão contratual e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto — prestação de serviços de sinalização horizontal viária com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos — foram atribuídos à contratada os riscos relacionados à execução direta dos serviços, especialmente aqueles vinculados à qualidade técnica, prazos de execução, disponibilidade de equipe e funcionamento adequado dos equipamentos utilizados.

Dentre os principais riscos redistribuídos à contratada, destacam-se:

Risco de execução dos serviços com qualidade inferior aos padrões exigidos: A contratada será responsável por garantir o cumprimento das especificações técnicas, parâmetros de desempenho e normas aplicáveis, incluindo a obrigatoriedade de refazimento dos serviços executados em desacordo, sem ônus para a Administração.

Risco de atraso na execução dos serviços: A contratada será responsável pelo cumprimento dos prazos estabelecidos nas ordens de serviço, estando sujeita à aplicação de penalidades contratuais em caso de atraso injustificado.

Risco relacionado à disponibilidade de equipamentos e mão de obra: A contratada deverá manter equipe técnica qualificada e equipamentos em condições adequadas de operação, sendo responsável por eventuais falhas operacionais que comprometam a execução do objeto.

Risco de descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias: A responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados será integralmente da contratada, cabendo à Administração apenas o acompanhamento e fiscalização documental.

Por outro lado, permaneceram sob responsabilidade da Administração os riscos relacionados ao planejamento da contratação, definição dos quantitativos, fiscalização contratual e liberação das áreas para execução dos serviços.

Dessa forma, a redistribuição dos riscos foi realizada de maneira equilibrada e proporcional à capacidade de controle de cada parte, assegurando maior eficiência na execução





contratual e mitigação de prejuízos à Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e responsabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. Resultados Esperados

Descrição dos benefícios esperados. Redução de custos, aumento de eficiência, melhoria na prestação do serviço público.

A contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sinalização horizontal viária proporcionará melhoria na prestação do serviço público, garantindo maior segurança viária, organização do tráfego e adequada manutenção das sinalizações nas vias públicas.

Como benefício operacional, destaca-se o aumento da eficiência administrativa, permitindo a execução contínua dos serviços mesmo diante da indisponibilidade de equipamentos e da limitação de pessoal próprio da Administração.

Quanto aos aspectos econômicos, a contratação permitirá melhor utilização dos recursos públicos, evitando investimentos elevados na aquisição e manutenção de equipamentos próprios, além de possibilitar contratações sob demanda por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), reduzindo desperdícios e assegurando maior economicidade.

Dessa forma, os benefícios esperados envolvem melhoria da qualidade dos serviços prestados, maior eficiência operacional e uso racional dos recursos públicos, contribuindo diretamente para o atendimento ao interesse público.

Descrição das **métricas de avaliação** desses resultados:

Os resultados esperados serão avaliados por meio de métricas objetivas relacionadas à qualidade, eficiência e cumprimento das obrigações contratuais.

Dentre as principais métricas a serem utilizadas, destacam-se:

Cumprimento dos prazos de execução: verificação do atendimento aos prazos estabelecidos nas ordens de serviço emitidas pela Administração.

Qualidade técnica dos serviços executados: avaliação da conformidade da sinalização com as especificações técnicas estabelecidas, incluindo verificação visual, uniformidade da aplicação e atendimento aos parâmetros mínimos de retrorefletância previstos em norma técnica aplicável.





Índice de retrabalho: monitoramento da necessidade de refazimento de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, buscando a redução de falhas operacionais.

Atendimento à demanda da Administração: verificação da capacidade da contratada em executar os serviços conforme a necessidade e prioridades definidas pela Secretaria responsável.

Regularidade documental e contratual: acompanhamento do cumprimento das obrigações legais, trabalhistas e fiscais da contratada ao longo da execução do contrato.

Essas métricas permitirão avaliar de forma contínua o desempenho da contratação, assegurando a qualidade dos serviços prestados e a efetividade dos resultados esperados pela Administração Pública.

14. PROVIDÊNCIAS FINAIS

Essa contratação depende de Assistência técnica ou Manutenção?

O objeto consiste na prestação de serviços de sinalização horizontal viária, na qual a própria contratada é responsável pela execução integral das atividades, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e reaplicações necessárias durante a vigência contratual.

Eventuais necessidades de manutenção ou correção dos serviços executados já estão intrinsecamente contempladas no escopo contratual, especialmente no período de garantia (12 meses), não configurando, portanto, contratação acessória ou dependente de assistência técnica externa.

Ademais, a natureza do objeto não envolve fornecimento de equipamentos permanentes à Administração que demandem suporte técnico continuado, mas sim a entrega de resultado final (sinalização aplicada), cuja durabilidade e qualidade são asseguradas por meio de fiscalização contratual e garantia.

Dessa forma, não há dependência de assistência técnica ou manutenção específica, sendo tais obrigações inerentes à própria execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

É preciso adequação pela equipe de obras para acomodação/adequação do local onde a solução encontrada será instalada/prestada?

Não. Não se faz necessária adequação prévia pela equipe de obras para acomodação ou preparação do local.





O objeto consiste na prestação de serviços de sinalização horizontal viária, cuja execução ocorre diretamente sobre as vias públicas já existentes, não demandando intervenções estruturais prévias por parte da Administração.

Eventuais atividades de preparação do local, como limpeza da superfície, remoção de resíduos e condições adequadas para aplicação da sinalização, são inerentes ao próprio escopo da contratação e de responsabilidade da empresa contratada.

Assim, não há necessidade de mobilização da equipe de obras para adequação do ambiente, uma vez que a solução será implementada diretamente no local de aplicação, mediante procedimentos técnicos próprios da execução do serviço.

Dessa forma, a execução independe de adaptações prévias pela Administração, estando integralmente contemplada na contratação, em conformidade com os princípios da eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Essa contratação precisa de insumos?

Sim. A contratação demanda insumos específicos para a execução dos serviços.

A prestação dos serviços de sinalização horizontal viária requer a utilização de insumos indispensáveis à sua execução, tais como tintas viárias (acrílicas e/ou termoplásticas), microesferas de vidro para retrorefletância, solventes/diluentes (quando aplicável) e materiais auxiliares de sinalização temporária.

Contudo, destaca-se que todos os insumos necessários serão fornecidos integralmente pela empresa contratada, não havendo necessidade de aquisição ou disponibilização prévia por parte da Administração.

Dessa forma, embora a execução do objeto dependa de insumos, a responsabilidade por seu fornecimento, controle de qualidade e adequada utilização é exclusiva da contratada, conforme previsto no escopo do serviço, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

Será preciso fazer outra contratação para que a contratação ora estudada se realize ou se aperfeiçoe?

Não. Não será necessária a realização de outra contratação para viabilizar ou aperfeiçoar a contratação ora estudada.

O objeto foi estruturado de forma completa e integrada, contemplando a prestação dos serviços de sinalização horizontal viária com fornecimento de todos os elementos necessários à sua execução, incluindo mão de obra, equipamentos, insumos e suporte operacional.





A solução adotada — contratação de empresa especializada — é suficiente para atender integralmente à demanda da Administração, não havendo dependência de contratações acessórias ou complementares.

Eventuais atividades correlatas, como preparação da superfície, sinalização temporária, controle de qualidade e manutenção durante o período de garantia, já estão incluídas no escopo contratual, sendo de responsabilidade da contratada.

Dessa forma, a contratação mostra-se autossuficiente, apta a alcançar os resultados pretendidos sem necessidade de ajustes ou contratações adicionais, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Os servidores precisam ser treinados ou é preciso contratar alguém para fiscalizar a execução do contrato?

A execução do objeto será realizada por empresa especializada, a qual detém a capacitação técnica necessária para a prestação dos serviços, não sendo exigido que os servidores da Administração executem atividades operacionais relacionadas à sinalização viária.

Quanto à fiscalização, esta constitui obrigação legal da Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser exercida por servidor previamente designado como fiscal do contrato.

Não se verifica a necessidade de contratação de terceiro para fiscalização, uma vez que a atividade pode ser desempenhada por servidor do quadro, desde que possua conhecimento compatível com o objeto, podendo, se necessário, ser auxiliado por equipe de apoio.

Ademais, a fiscalização será baseada em critérios objetivos já definidos no instrumento contratual, como verificação de conformidade técnica, medições, análise de desempenho (ex.: retrorefletância) e acompanhamento da execução.

Dessa forma, não há exigência de treinamento específico nem de contratação externa para fiscalização, sendo suficiente a designação formal de servidor para exercer a função, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

O futuro contratado precisa ter algum tipo de formalidade para ser contratado (autorização ou licença em algum órgão)?

Considerando que se trata de serviço de engenharia com utilização de insumos químicos, a contratada deverá comprovar, no mínimo: Registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA ou CAU; Indicação de responsável técnico habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto), com emissão de ART/RRT; Registro no Conselho Regional de Química, quando aplicável, em razão da manipulação de insumos; Licenciamento ambiental vigente ou declaração de dispensa emitida pelo órgão competente; Certificado de Licenciamento do





Corpo de Bombeiros (CLCB); Licenças e autorizações dos órgãos de controle, quando aplicáveis (ex.: Polícia Federal e Polícia Civil para produtos químicos controlados); Atendimento às normas de segurança do trabalho pertinentes.

Tais exigências são necessárias para assegurar que a execução do serviço ocorra com regularidade técnica, segurança operacional e conformidade ambiental, sendo compatíveis e proporcionais à natureza do objeto.

Dessa forma, a contratação exige o cumprimento de formalidades legais e regulatórias, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A contratação envolve algum tipo de descarte, gera resíduos?

Sim. A contratação envolve geração de resíduos decorrentes da execução dos serviços.

Justificativa:

A prestação dos serviços de sinalização horizontal viária implica a utilização de insumos químicos e materiais operacionais, o que resulta na geração de resíduos, tais como:

- Embalagens de tintas, solventes e microesferas de vidro; Latas de tinta e recipientes contaminados; Resíduos de tintas e sobras de materiais; Panos, estopas e utensílios contaminados (pincéis, rolos, etc.); Materiais utilizados na sinalização temporária eventualmente descartáveis; Possíveis resíduos provenientes da limpeza da superfície (poeira, detritos, resíduos sólidos diversos).

Tais resíduos podem ser classificados, em sua maioria, como resíduos recicláveis e/ou resíduos contaminados (classe I ou II, conforme a natureza), exigindo destinação ambientalmente adequada.

Dessa forma, deverá ser exigido da contratada:

- A correta segregação, acondicionamento e armazenamento dos resíduos; A destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação vigente; O atendimento às normas ambientais aplicáveis e às diretrizes de sustentabilidade; A comprovação, quando necessário, da destinação por meio de documentação pertinente.

Assim, embora a contratação gere resíduos, seus impactos são controláveis mediante cumprimento das obrigações ambientais pela contratada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a legislação ambiental aplicável.

Caso gere, foi dado o devido tratamento ambiental conforme exige a Lei 12305/2010?

Sim. Foi previsto o devido tratamento ambiental dos resíduos gerados, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Justificativa:

Considerando que a execução dos serviços gera resíduos potencialmente contaminantes, o ETP estabeleceu diretrizes para assegurar a gestão ambientalmente adequada, incluindo:





- Segregação e acondicionamento correto dos resíduos no local de execução; Destinação final ambientalmente adequada, conforme a classificação dos resíduos; Responsabilização da contratada pela gestão integral dos resíduos gerados; Exigência de licenciamento ambiental ou dispensa emitida pelo órgão competente; Observância das normas ambientais e de segurança no manuseio de produtos químicos; Adoção de práticas sustentáveis, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Tais medidas atendem aos princípios e diretrizes da Lei nº 12.305/2010, especialmente quanto à responsabilidade do gerador, à destinação ambientalmente adequada e à mitigação de impactos ambientais.

Dessa forma, restou assegurado que os resíduos decorrentes da contratação receberão tratamento adequado, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios do desenvolvimento sustentável.

15.CONCLUSÃO

Conclusão sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A solução atende à necessidade identificada?

A contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sinalização horizontal viária mostra-se adequada e suficiente para solucionar a incapacidade operacional atualmente enfrentada pela Administração, decorrente da indisponibilidade de equipamentos e da insuficiência de mão de obra especializada.

A solução contempla, de forma integrada, o fornecimento de materiais, equipamentos e equipe técnica qualificada, garantindo a execução contínua, padronizada e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Além disso, permite o restabelecimento e a manutenção da sinalização viária em níveis adequados, atendendo diretamente aos objetivos de segurança no trânsito, organização da mobilidade urbana e eficiência na prestação do serviço público.

Dessa forma, a solução adotada é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e alinhada ao interesse público, atendendo plenamente à necessidade identificada, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Explique por que essa é a melhor opção para a Administração.





A solução escolhida — contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sinalização horizontal viária — configura-se como a melhor opção para a Administração sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

Sob o aspecto técnico, a solução assegura a execução dos serviços com qualidade, padronização e conformidade com normas técnicas (ex.: ABNT), uma vez que a empresa contratada dispõe de equipe qualificada, equipamentos adequados e domínio das técnicas específicas de aplicação.

No aspecto operacional, a contratação elimina a atual limitação da Administração, que não dispõe de equipamentos em funcionamento nem de mão de obra suficiente, garantindo a continuidade e a eficiência do serviço público, sem necessidade de reestruturação interna ou novos investimentos.

Do ponto de vista econômico, evita-se elevado custo inicial com aquisição de equipamentos, manutenção, capacitação de pessoal e estrutura logística, além de possibilitar maior controle dos gastos por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com execução sob demanda.

Adicionalmente, a solução reduz riscos operacionais, transfere à contratada a responsabilidade pela execução integral (incluindo insumos, equipamentos e garantia dos serviços) e facilita a gestão contratual, especialmente pela centralização em um único prestador.

Dessa forma, a alternativa adotada revela-se a mais vantajosa para a Administração, por reunir eficiência, economicidade, segurança técnica e capacidade de atendimento imediato da demanda, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Declara-se viável a contratação pretendida.

Declaramos que o presente estudo técnico preliminar atendeu aos requisitos da Lei 14133/2021.

Relação de Anexos ao ETP:

--

São Miguel do Iguaçu/PR, 16 de abril de 2026.





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Servidor

Nome/assinatura CLEITON ALCIDES CONZATTI

Matrícula: 419867582

Assinado por:

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
cleiton conzatti



03/06/2026 10:40:13

Documento assinado no formato Eletrônico, conforme DECRETO Nº 460/2024
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://saomigueldoiguacu oxy elatech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: fc0316cb-ef50-4572-8ec0-6ef6520684c - Página 56/57



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - Versão 2.0 - Março de 2025

☎ Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

☎ www.saomiguel.pr.gov.br – ☎ licitacoes@saomiguel.pr.gov.br 📞 (45) 3565-8139



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

16.APROVAÇÃO PELO SECRETÁRIO DA PASTA

Despacho:

Considerando a conclusão do Estudo pelos servidores que o realizaram, aprovo o documento e autorizo a abertura de Processo de Contratação junto ao Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração

Por fim, declaro ciência nos termos e cautelas recomendadas.

Encaminhe-se o Estudo aprovado para o departamento de Compras para abertura de procedimento de contratação e solicite-se ao Departamento de Contabilidade a emissão de Parecer Contábil para verificação da existência, suficiência e disponibilidade de recursos.

São Miguel do Iguaçu/PR, 16 de abril de 2026.

Assinado por:
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
RICARDO MAGAGNIN



03/06/2026 10:40:17

Nome/Assinatura
Ricardo Magagnin
Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito.
Decreto nº 021/2025.

Documento assinado no formato Eletrônico, conforme DECRETO Nº 460/2024
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://saomigueldoiguacu oxy elatech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: fc0316cb-ef50-4572-8ec0-6ef6520684c - Página 57/57

